



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO AO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E
DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - SEDE
COORDENAÇÃO-GERAL DE ATUAÇÃO JURÍDICA ESTRATÉGICA

URGENTE

COTA n. 00057/2024/CGEST/PFE-IBAMA-SEDE/PGF/AGU

NUP: 00807.002357/2024-22

INTERESSADOS: GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS E OUTROS

ASSUNTOS: CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E OUTROS

À Coordenação Geral de Emergências Ambientais do IBAMA (CGEMA)

1. Trata-se de solicitação de subsídios para a elaboração de manifestação do Advogado Geral da União nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 1105.
2. Referida ação foi ajuizada pelo Estado de Alagoas e tem por objetivo impugnar os acordos celebrados extrajudicialmente e homologados nos autos de diversos processos, especificamente no que diz respeito a duas espécies de cláusulas: (i) *aquelas que conferem ampla, geral e irrestrita quitação ao poluidor pelos danos causados pela atividade de mineração da empresa BRASKEM no Município de Maceió/AL*; e (ii) *aquelas que autorizam a aquisição da propriedade e a exploração econômica da área afetada pelo poluidor*.
3. O autor assevera, em síntese, que seria inconstitucional a quitação dada em acordo coletivo de dimensão intermunicipal, sem a observância da cooperação federativa e ampla participação dos representantes adequados dos grupos afetados em juízo. Sustenta, ademais, que também estaria em desconformidade com a Constituição cláusula de acordo que permita ao poluidor se tornar proprietário e explorar economicamente a área degradada.
4. Especifica que os atos do poder público questionados “*foram praticados pelo Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de Alagoas, Defensoria Pública do Estado de Alagoas, Defensoria Pública da União e Município de Maceió, conjunta ou isoladamente, ao celebrarem acordos com a mineradora BRASKEM*” (fl. 13 da petição inicial, em anexo).
5. Ante o exposto, requeiro à CGEMA, que preste os esclarecimentos que entender pertinentes e, em especial, que responda aos seguintes quesitos:
 - a) O IBAMA participou direta ou indiretamente das discussões relacionadas aos acordos extrajudiciais mencionados na petição inicial? Esclareça.
 - b) O IBAMA saberia informar se a subsidência ocorrida em Maceió-AL afetou alguma área de domínio da União?
 - c) O IBAMA saberia informar se os danos ambientais ocasionados pela atividade econômica desenvolvida pela mineradora Braskem afetaram ou têm potencial de afetar mais de um município?
 - d) O IBAMA saberia informar se há possibilidade de os citados danos ambientais se alastrarem ou se agravarem ao longo do tempo?

e) O IBAMA teria condições de informar se o valor da indenização ambiental (R\$ 1,5 bilhões de reais) fixado na Ação Civil Pública nº 0806577-74.2019.4.05.8000(“ACP Socioambiental”) é suficiente ou razoável para reparar ou compensar os danos ambientais causados pela mineradora Braskem?

f) O IBAMA teria condições de afirmar se a eventual exploração das áreas afetadas teria o potencial de agravar os danos ambientais verificados na localidade

ENCAMINHAMENTOS:

6. Ao Serviço de Expedição Prioritária, para que promova a abertura de tarefa à DIPRO via manual (sem barramento), com o objetivo de coletar junto à **Coordenação Geral de Emergências Ambientais (CGEMA) informações e subsídios para que a Advocacia-Geral da União possa apresentar manifestação nos autos da ADPF 1.105.**

PRAZO FINAL 26.02.2024.

Brasília, 20 de fevereiro de 2024.

BEATRIZ MONZILLO DE ALMEIDA
Procuradora Federal

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00807002357202422 e da chave de acesso f40dbf88